

De onde veio e o que está em torno do fenômeno Chávez

A ascensão de Hugo Chávez, que obteve recentemente mais seis anos de mandato na Venezuela, começou a se desenhar com a crise econômica que se instalou no país na década de 1980. A partir de 1989, quando teve início o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez, o país assumiu a linha de frente da onda de reformas neoliberais na América Latina, na companhia do México de Carlos Salinas de Gortari e da Argentina de Carlos Menem, e também entrou em crise política (ANDERSON, 1996). Cerca de dez anos depois, em 1998, Chávez se elegeu presidente pelo MVR (Movimento Quinta República), um partido de menor expressão na época e sem ligação com as tradicionais legendas social-democrata (AD) e social-cristã (COPEI) que eram dominantes.

A atual democracia venezuelana, a mais longeva hoje na América do Sul, começou em 1959, com a posse de Rómulo Betancourt, da AD (Ação Democrática), na Presidência. No ano anterior, um movimento de partidos, apoiado por setores das Forças Armadas e da sociedade, havia derrubado a ditadura do general Marcos Pérez Jiménez. A partir daí, a AD, o COPEI e a URD (União Republicana Democrática) firmaram um acordo, sem o Partido Comunista, que seria declarado ilegal. Foi o chamado Pacto de Punto Fijo, para não haver mais o recurso à força como meio de se chegar ao governo e definir um programa básico de gestão. Na prática, funcionou como uma divisão do poder entre as elites.

As hipóteses defendidas aqui são três, que se complementam: 1) as crises econômica e de credibilidade de partidos e políticos a partir dos anos 80 contribuíram para a chegada de Chávez ao poder; 2) com a vitória dele, a polarização social aguçada pela crise econômica nas décadas de 1980 e 90 se converteu em polarização política, que se agravaria depois com a retórica dos dois lados, culminando em instabilidade do regime democrático; 3) a possibilidade de realizar um referendo sobre o mandato presidencial, um mecanismo institucional, contribuiu para reduzir o nível de turbulências.

Contexto histórico

Desde as primeiras eleições, em 1958, a AD e o COPEI (Comitê de Organização Político-Eleitoral Independente) revezaram-se na Presidência, predominando os primeiros, os adecos. Os conflitos sociais puderam ser amenizados por meio, principalmente, da distribuição de benefícios, com base na renda petrolífera. Na década de 1960, porém, ainda houve turbulências, geradas por focos guerrilheiros e levantes militares.

O período sobre o qual se formaria uma imagem de saudosismo na Venezuela veio nos anos 1970, por causa, sobretudo, de dois fatos: a nacionalização da indústria petrolífera e a explosão dos preços do produto. O primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (AD) foi o que mais pôde tirar proveito dessa situação. O saldo da gestão dele, no entanto, viria a ter influência no desmanche do bipartidarismo e no surgimento do fenômeno Chávez, já que houve um abuso dos gastos em obras públicas, acumulando dívida externa.

O endividamento começou a pesar já no governo seguinte, de Luis Herrera Campins (COPEI). Em 1983, a Venezuela teve de desvalorizar sua moeda, que dava razoável poder de compra frente ao dólar. Para a crise econômica que se configurou a partir daí, também pesaram a queda nos preços do petróleo e o contexto da crise das dívidas externas na América Latina, que diminuía o crédito internacional para os países da região. Caballero (2003) vê no episódio da desvalorização, que ficou conhecido como a Sexta-Feira Negra, um sinal do esgotamento do modelo econômico baseado unicamente na renda petrolífera.

Em nome da prosperidade dos 1970, Carlos Andrés Pérez reelegeu-se em 1988. Ao assumir, em 1989, anunciou a adesão ao programa de reformas neoliberais que o FMI e o Banco Mundial fixavam como condição para rene-

gociar as dívidas externas. Isso ocorreu após ele ter afirmado na sua campanha que seguiria outra linha. O “pacotaço”, como passou a ser chamado, gerou uma reação popular explosiva, sobretudo por causa do aumento da gasolina e, em conseqüência, do transporte. A repressão ao Caracaço teve um saldo oficial de 270 mortos e uma estimativa de mais de 10 mil, além de 3,5 mil detenções. Apesar disso, o presidente não deixou de avançar, por exemplo, com o processo de privatizações.

Há vários fatos para descrever o contexto em que se desencadeou o Caracaço. Como vivem em um país que é o sétimo maior produtor de petróleo do mundo, os venezuelanos são acostumados a pagar pouco pela gasolina. Outras tradições que a nova linha adotada contrariava eram a do intervencionismo estatal na economia e a da proteção da indústria nacional. A Venezuela também vinha afetada pela desvalorização de sua moeda e pela incapacidade de o Estado sustentar a política de distribuição de benefícios, diante do endividamento externo e da queda dos ingressos petrolíferos. Carlos Andrés Pérez não teve ainda o antecedente da hiperinflação para amenizar as reações ao seu pacote nem a possibilidade de culpar o antecessor, pois havia sucedido a um colega de partido.

O governo Carlos Andrés Pérez também enfrentou problemas no campo político, com a disseminação de escândalos de corrupção, o que culminaria, em 1993, na primeira eleição presidencial desde 1958 em que nem AD nem COPEI seriam vitoriosos. Em 1992, o MBR (Movimento Bolivariano Revolucionário), do então tenente-coronel Hugo Chávez, liderou duas tentativas de golpe militar. Apesar de ter resistido a isso, o presidente, acusado de corrupção, foi afastado do cargo em 1993 por meio de um processo de *impeachment*.

Portanto, havia se configurado o quadro das crises econômica e de credibilidade de partidos e políticos que levaria à instabilidade democrática. Essa combinação se manteria por mais um governo e contribuiria para a vitória de Chávez em 1998 e, em conseqüência, para gerar as turbulências que viriam. Há na literatura (HELLINGER, 2003; CABALLERO, 2003) a coincidência de que a gestão Carlos Andrés Pérez marcou o fim de um modelo político, definido por Juan Carlos Rey (1972) como um sistema populista de reconciliação, baseado na distribuição dos benefícios da renda petrolífera por meio do clientelismo.

Como resultado da crise política, a abstenção de 39,84% nas eleições presidenciais de 1993 foi mais do que o dobro da registrada na edição anterior

e superou o percentual do vencedor, de 30,5%. A votação de AD e COPEI para a Câmara Baixa caiu de 74,3% para 46%. A vitória ficou com Rafael Caldera, que fora um dos fiadores do Pacto de Punto Fijo e já havia sido presidente pelo COPEI, mas que, após romper com seu partido, representava a Convergencia em uma coligação de legendas menores, entre as quais se destacavam ainda o MAS (Movimento ao Socialismo), a URD e os comunistas. Para conquistar seu segundo mandato, ele soube aproveitar a popularidade que havia obtido por sua atuação crítica em relação ao tratamento dado por Carlos Andrés Pérez aos golpistas de 1992.

Na economia, Caldera repetiu o que antecessor havia feito e, depois de prometer na campanha que não recorreria ao FMI, aderiu a partir de 1996 ao programa de reformas neoliberais. Foi assim que, por exemplo, se avançou com a política de abertura petrolífera. Entre outras coisas, isso significou: parcerias e concessões de exploração a transnacionais; a internacionalização da PDVSA, a estatal do setor, por meio da compra de instalações no exterior; uma maior autonomia da companhia em relação ao Estado, diminuindo seus repasses aos cofres públicos; e o descumprimento pela Venezuela das cotas de produção estabelecidas pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

O bipartidarismo

O sistema partidário venezuelano entre 1958 e 1993 se caracterizou por um bipartidarismo moderado, de acordo com o critério do número efetivo de partidos nas eleições presidenciais e parlamentares. Em 1958, os valores foram de 1,91 para a disputa presidencial e de 1,83 para a parlamentar. Passaram, respectivamente, para 3,3 e 1,33 em 1963, e para 3,9 e 4,66 em 1968. Foi a partir de 1973 que o bipartidarismo se consolidou. Os índices voltaram para 1,96 e 2,12 naquele ano e transitaram entre um mínimo de 1,62 e um máximo de 2,66 até as eleições de 1993 (MAINGON, 2004).

Na prática, porém, o bipartidarismo foi mais acentuado. AD e COPEI elegeram todos os presidentes até 1993 e nunca tiveram uma votação inferior a 74,3% na Câmara Baixa entre 1973 e 1993, o período de maior domínio bipartidário. Uma vez no poder, os dois partidos se apoderavam da máquina administrativa, chegavam eventualmente a dar cargos um ao outro e fortaleciam suas redes clientelistas distribuindo os benefícios da renda petroleira. A AD, o mais poderoso, também controlava a principal central sindical, a

CTV (Confederação dos Trabalhadores da Venezuela). Assim, os conflitos se amenizavam ou se resolviam em negociações de cúpula, entre governo, partidos, empresários e sindicalistas.

A divisão do poder entre as elites configurada no Pacto de Punto Fijo e no posterior bipartidarismo de AD e COPEI contribuiu para que a democracia se estabilizasse, mas, por outro lado, levou o regime a se tornar com o tempo pouco representativo e oligárquico. É o dilema recorrente entre governabilidade e representação.

As reformas política e eleitoral na Venezuela ganharam impulso a partir do final dos anos 1970, quando as eleições municipais (para Conselhos e prefeituras) foram separadas das demais e foi instituída a votação direta para prefeito. Dez anos depois, as eleições estaduais (para Assembléias e governos) também foram separadas da disputa nacional, assim como os governadores começaram a ser definidos de forma direta. Satisfeitas essas demandas, as organizações da sociedade civil, sobretudo associações de bairros ricos, se concentraram na influência dos partidos sobre a definição dos candidatos que entram na disputa e dos parlamentares eleitos a cada votação, já que, como se usam listas fechadas, são as forças políticas que estabelecem os nomes da relação e a ordem de aparição. Como resultado, houve a implantação de um sistema eleitoral misto para a Câmara Baixa.

As reformas institucionais foram uma resposta à pressão por descentralização administrativa e ao desgaste que as siglas tradicionais acumulavam, em função da falta de recursos para sustentar as redes clientelistas e do descrédito causado por escândalos. Apesar dessas iniciativas, que prosseguiram na década de 1990, não houve como evitar o fim do bipartidarismo. As duas legendas tiveram suas votações reduzidas para 46% do total para a Câmara Baixa em 1993, chegaram a apenas 21,2% em 2000, a última eleição parlamentar que disputaram, e não lançam candidatos a presidentes desde 1998.

Para Maingon (2004), o processo que levou ao fim do bipartidarismo pode ser dividido em três crises simultâneas: a da representação baseada nos partidos tradicionais; a do Estado, diante das dificuldades econômicas e da queda da renda petroleira, o que afetou a capacidade de as forças dominantes sustentarem suas redes clientelistas de distribuição de benefícios; e a de legitimidade do regime que vigorava no país, em consequência das outras duas. Há ainda os fatores externos que afetaram, em nível mundial, os partidos.

O chavismo

No golpe que liderou em 1992, Chávez usou, ao pedir em cadeia de rádio e TV que seus companheiros se rendessem, uma expressão que ficaria famosa: por enquanto. Ele dava a entender que tinha a pretensão de que seu surgimento no cenário nacional por meio de uma rebelião militar fosse apenas um primeiro passo. Diante da crise econômica e da corrupção generalizada, sua postura de revolta contra a classe política teve acolhida, apesar de a ação não ter contado com apoio civil armado. A etapa seguinte veio com a ajuda de Caldera, que anistiou os golpistas em 1994. A partir daí, Chávez, que já se reunia na prisão com políticos de esquerda, pôde consolidar-se como uma liderança alternativa.

Chávez defendeu a abstenção até 1997, quando decidiu transformar o MBR em um partido, o MVR (Movimento Quinta República), em alusão à idéia de que era necessário refundar a Venezuela, criando uma nova República e novas instituições. O MBR, antes MBR-200, foi uma organização de militares nacionalistas e com ideais inspirados em Simón Bolívar fundada por Chávez, já como oficial do Exército, na década de 1970.

Em entrevista próxima ao referendo sobre seu mandato em 2004, ele deu mostras de como encara a política¹. Segundo o presidente, sua meta é diminuir a pobreza e incrementar a democracia. A base desse projeto, conta, é a Constituição promulgada em 1999. Essa foi a maneira pacífica, diz, para o país deixar o labirinto da falsa democracia de um só momento, o da hora do voto, porque não se governava democraticamente. “A essência da democracia é a participação, não a representação, que é uma forma de as elites enganarem o povo, ao menos assim foi na Venezuela”, declarou. “Estamos criando um Estado novo, um Estado de Direito e de justiça. O mundo está cheio de Estados de Direito e de injustiça”.

Essas frases ilustram a visão negativa de Chávez sobre a política e a democracia tradicionais. Para ele, as duas siglas tradicionais e a elite econômica foram as culpadas pela derrocada do país. Então, era necessário substituir os grupos corrompidos e oligárquicos e refundar a Venezuela. A palavra “partido”, assim como a noção de representação, sumiu da Constituição, dando lugar à expressão “associações com fins políticos” (ÁLVAREZ, 2003).

¹ Entrevista acompanhada pelo autor em 12/8/2004.

Já a noção chavista de participação política está mais ligada ao incentivo de um ativismo dos cidadãos. Essa intervenção popular, porém, é moldada pelo líder, que convoca manifestações quando requer apoio para suas propostas e para enfrentar a oposição e estimula a criação de organizações para tomar parte em seu projeto político. Há ainda diversas formas criadas pela nova Carta Magna para a participação dos venezuelanos nas decisões, como a atuação na nomeação de autoridades e a possibilidade de convocar uma Assembléia Constituinte, encerrar mandatos eletivos e candidatar-se por conta própria.

Ao mesmo tempo, Chávez impôs um estilo concentrador de governar, acumulando poderes. Também as prerrogativas criadas pela Constituição para que a população tomasse parte dos processos de nomeação de integrantes dos Poderes Judiciário, Eleitoral e Cidadão tiveram problemas para ser colocadas em prática devidamente (Id.).

Um dos principais dirigentes da sigla chavista e presidente da Assembléia Nacional até 2003, o ministro Willian Lara (Comunicação e Informação) considera inevitável na Venezuela a vinculação dos movimentos sociais ao Estado². “Aqui, o peso fundamental da economia está na exploração de recursos estratégicos, administrados pelo Estado. Portanto, todo movimento vai estar vinculado ao Estado, até conseguirmos a transformação da base econômica do país”. O mesmo Lara demonstrava na época do referendo o pouco interesse na promoção da filiação ao MVR e deixava claro que a prioridade era o compromisso com a chamada revolução bolivariana. Ele reconhecia ainda que o MVR continuava a ser “fundamentalmente um aparato eleitoral”. Também não se buscava colocar o partido como o centro das decisões e da composição do governo. Ao fazer nomeações, Chávez não levava muito em consideração a vinculação partidária, desde que não houvesse ligação com alguma força adversária, e preferia se cercar de pessoas da sua confiança, como militares que o acompanham desde o período na ativa. Então, a lógica era a de integrar o governo por ser da confiança do presidente, e não por pertencer ao MVR.

Com o início do novo mandato, em 2007, a criação de uma estrutura partidária mais forte e centralizada se tornou uma prioridade. Chávez passou a se empenhar na criação do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela),

² Entrevista ao autor em 10/8/2004.

reunindo o MVR e as demais forças de sustentação ao chavismo, e a promover campanhas de filiação partidária. O primeiro gabinete da nova administração também contou com uma presença mais forte de políticos da base governista, sobretudo do MVR. A noção chavista de democracia participativa, então, incorporou um traço da esquerda clássica: a centralização partidária.

Nos últimos parágrafos, estão alguns dos principais aspectos que ligam Chávez ao populismo clássico, conforme as definições de Ianni (1991) e Novaro (1999). São eles: o personalismo, tanto em seu partido como no estilo de governar; a pregação de que o país precisava ser refundado, com base nos ideais de Bolívar; a postura anti-sistema, de questionamento das instituições vigentes e dos partidos tradicionais; o discurso nacionalista e antiimperialista, que nem sempre condiz com as práticas de gestão; e a definição de sua base de apoio nas classes mais baixas, que são chamadas à participação política.

O chavismo, no entanto, tem uma diferença importante em relação ao populismo latino-americano descrito por Ianni: não se fundamenta em uma aliança de classes e na busca da colaboração entre elas (BOTELHO, 2006). A administração Chávez é, diferentemente do que afirma Ianni sobre líderes populistas do passado, reflexo das contradições aguçadas nos governos anteriores entre as camadas mais e menos favorecidas. Na sua retórica de confrontação com as elites e em algumas de suas medidas, o venezuelano também estimula essa polarização. É claro que a classe média está representada na coalizão governista, por meio, sobretudo, de militares, mas isso não ocorreu em função de um pacto social.

A identificação com as camadas menos favorecidas leva o chavismo a romper com a tradição multiclassista dos grandes partidos venezuelanos, o que contribuía para amenizar os conflitos sociais (Ellner, 2003). Assim como a LCR (La Causa Radical) nos anos 90, Chávez enfrenta resistência entre a classe média, apesar de ter obtido 62,8% dos votos nas eleições presidenciais de 2006, e a intelectualidade de esquerda no país.

A relação do presidente venezuelano com a esquerda clássica é dúbia. Parte das políticas chavistas não se baseia no ideário esquerdista ou o interpreta a seu modo. Há ainda o apego ao constitucionalismo, questão-chave do modelo democrático liberal. Chávez explora dogmas esquerdistas para se capitalizar com esse setor e com sua base social, mas usa um discurso adaptado a sua visão, como a idéia do socialismo do século XXI.

Outro traço chavista é valorizar a participação política dos militares. O presidente da Venezuela encara suas Forças Armadas como uma instituição de perfil mais popular do que elitista, por causa da possibilidade de ascensão social que oferece em um país de poucas oportunidades. Sua própria trajetória pessoal ilustra isso. Chávez também foi um dos que aproveitaram um programa que, a partir dos anos 1970, permitiu aos militares venezuelanos cursar uma pós-graduação e politizar-se. Assim, em sua Presidência, a nova Constituição deu o direito de voto aos integrantes das Forças Armadas, o primeiro escalão de governo é formado por vários militares, e as tropas são frequentemente utilizadas na prestação de serviços básicos e em trabalhos de assistência emergencial.

Chávez no poder

Em 1998, Chávez foi candidato por uma coligação de siglas de esquerda, o Pólo Patriótico, das quais a principal na época era o MAS. Como resultado do descrédito dos partidos tradicionais, os três postulantes que se mostraram com mais chances não haviam se lançado nem por AD nem por COPEI. A ex-prefeita de uma das cidades ricas da Grande Caracas e ex-Miss Universo Irene Sáez foi favorita por certo período, mas teve seu discurso de renovação comprometido ao aceitar o apoio do COPEI. Aí, o páreo ficou entre Chávez e Henrique Salas Romer, do conservador Projeto Venezuela, candidatura para a qual convergiram na reta final o COPEI e a AD, depois de abandonar a chapa própria. Chávez, então, pôde explorar com mais desenvoltura a bandeira da renovação política e usar a polarização social agravada pelos anos de crise econômica e reformas neoliberais para conquistar os mais pobres. Assim, obteve 56% dos votos, contra 33% de Salas Romer.

É a partir de então que se estabelece um dos pontos mais debatidos na literatura e na Venezuela: a que cabe a responsabilidade pelo nível de polarização registrado no governo Chávez? Ao próprio, às retóricas de ambos os lados ou o presidente agravou uma situação que já se desenhava? Este estudo é partidário da última tese. Em um país desigual como a Venezuela, não se pode atribuir a polarização apenas ao discurso agressivo de um lado ou outro, ou de ambos, mas é inegável que essa postura de confrontação agravou a situação.

Ellner e Hellinger (2003) reuniram artigos em torno da hipótese dos editores de que, nas eleições de 1998, a polarização social aguçada pela crise

econômica nas décadas de 1980 e 90 se converteu em polarização política, o que se agravaria depois com as retóricas dos dois lados. Até aí, o diagnóstico parece correto. A falha dessa tese é seu determinismo socioeconômico, ao menosprezar a possibilidade de que o desenho institucional tivesse contribuído para evitar, ou pelo menos amenizar, as turbulências.

Um sinal nesse sentido é o efeito que teve o referendo. Depois de falharem um golpe de Estado e uma greve geral de dois meses, a possibilidade de iniciar um processo revocatório do mandato presidencial fez com que a oposição convergisse para esse método. Consumada a votação e a vitória da situação, o país pôde recuperar certa estabilidade do regime. Ou seja, um mecanismo institucional contribuiu para esse resultado.

Em 1999, Chávez começou sua gestão em lua-de-mel com o país, como é freqüente no início de um governo. Até os grupos privados de comunicação, que se tornariam depois seus arquiinimigos, chegaram a estar representados no ministério. Ele, porém, herdou um quadro social deteriorado e havia assumido na campanha o compromisso de promover uma transformação a partir da convocação de uma Assembléia Constituinte. Entre 1981 e 1997, um ano antes das eleições, a participação dos mais pobres (40% da população) na riqueza nacional havia passado de 19,1% para 14,7%, enquanto a dos mais ricos, de 21,8% para 32,8%. Só em 1989, ano do pacote de Carlos Andrés Pérez, a taxa de pobreza subiu de 46% para 62%, e a de pobreza extrema, de 14% para 30%. Em 1994, quando houve a posse de Caldera, o gasto social era de 4,3% do PIB, contra 8% em 1987, e o poder aquisitivo do salário mínimo, 66% menor do que o de 1978 e inferior ao do início da década de 1950. Já os índices de trabalhadores na economia informal e de desemprego saltaram, respectivamente, de 34,5% e 6,6% em 1980 para 53% e 15,4% em 1999 (ROBERTS, 2003).

O novo presidente, portanto, precisava agir para não ficar desacreditado, sobretudo, entre as classes mais baixas. Para isso, adotou um decisionismo que rapidamente acabou com a lua-de-mel inicial. Ele também não se preocupou em buscar consensos e assumiu uma postura de confrontação com as elites.

Com a abrangência de suas medidas, dificilmente Chávez teria chegado a um ponto de acordo com os grupos até então dominantes, mesmo que tivesse tentado negociar. Pesa ainda o fato de que as classes sociais que hoje concentram a oposição eram as principais interessadas na retomada do

sistema clientelista de distribuição dos benefícios da renda petroleira que havia sido perpetuado por AD e COPEI, já que este as beneficiava mais. A principal dificuldade para o projeto chavista, porém, veio com a quantidade de frentes de conflito abertas pelo governo, que, nos seus primeiros anos, tentou redesenhar o país. As tentativas de mudanças começaram pelo Poder Judiciário e o Congresso, passaram pela representação empresarial e o sindicalismo e chegaram à economia, quando houve o ponto definitivo de inflexão para a polarização da Venezuela.

Entre 1999 e 2000, ocorreu uma série de votações. O processo começou com a aprovação em referendo da convocação da Constituinte. Depois, houve a escolha dos que fariam a Carta Magna, a ratificação dela pela população, novas eleições para parlamentares e presidente, também a de governadores e prefeitos e o referendo sobre a renovação dos líderes sindicais, sob o argumento de que era preciso acabar com o sindicalismo corrupto. Em todas, o chavismo venceu. A primeira derrota veio em 2001, quando seu candidato para presidir a CTV perdeu para Carlos Ortega, que se tornaria um líder antichavista.

Em termos institucionais, as transformações foram radicais: o mandato presidencial aumentou de cinco para seis anos, com a possibilidade de uma reeleição; Chávez, que já acumulava um ano e meio de gestão, reelegeu-se em 2000 e teve seu período de governo contado desde então; o Legislativo tornou-se unicameral, com o fim do Senado, e deixou de ser escolhido no mesmo ano do presidente, já que o mandato de deputado continuou a ter cinco anos; e foram criados o Poder Eleitoral e o Poder Cidadão, que engloba a Defensoria do Povo, o Ministério Público e a Controladoria Geral da República.

O cargo de presidente também ganhou poderes extras, passando a contar com a possibilidade de ser autorizado a legislar por decreto em todas as áreas e por períodos maiores – antes, era só em certos temas e por não mais de seis meses – e ficando responsável por todas as promoções militares a partir de certa patente, o que era feito até então por meio de um sistema de negociação entre partidos, Forças Armadas e Executivo.

As mudanças também acumularam problemas e medidas de cunho autoritário. A Assembléia Constituinte, com 94% de chavistas, funcionou simultaneamente ao Congresso até a Carta Magna ser referendada em dezembro de 1999, mas já havia incorporado as funções da outra Casa. Até

então, o Congresso ainda era bicameral e o último refúgio de poder em nível nacional de AD e COPEI, já que as eleições parlamentares de 1998 haviam sido separadas das presidenciais e ocorrido pouco antes da vitória de Chávez, em manobra das siglas tradicionais para conservar influência. Assim, aprovada a Constituição, seus idealizadores dissolveram a Casa rival e empossaram uma comissão para exercer as funções legislativas até a escolha dos novos parlamentares, em 2000. Outra frente em que se agiu de forma autoritária foi na reforma do Judiciário, o que levou a presidente da principal corte a renunciar, por um conflito em torno da comissão que faria a reestruturação do Poder.

Em novembro de 2001, Chávez anunciou um pacote de 49 decretos promulgados por meio da Lei Habilitante – que dá ao presidente o poder de legislar sobre os temas solicitados, sem que as medidas tenham que ser aprovadas depois pelo Parlamento, que só precisa conceder uma autorização prévia. Os mais polêmicos foram os do setor de hidrocarbonetos e da terra. No mês seguinte, a CTV e a Fedecámaras (principal associação empresarial), de Pedro Carmona, convocaram a primeira greve geral, de um dia, contra Chávez. A ação teve ainda o apoio da mídia. A aliança antichavista entre os três setores já estava configurada desde a vitória de Ortega para a presidência da CTV, pouco antes, quando os outros dois grupos haviam se unido em torno do sindicalista para enfrentar o candidato governista.

A administração Bush também já se mostrava presente e havia repassado, por meio do FND (Fundo Nacional para a Democracia), US\$ 150 mil para a CTV em outubro de 2001, um mês antes da eleição na entidade, sob a justificativa de custear o processo. Na verdade, o FND, cujo orçamento é quase todo bancado pelo Estado norte-americano, afirmaria na sua prestação de contas daquele período que o objetivo do repasse era “aumentar a habilidade da CTV para, em coalizão com outras organizações da sociedade civil, promover reformas democráticas em todos os níveis de governo” (Uchoa, 2003).

O momento em que Chávez delineou seu projeto para a economia, portanto, marcou a radicalização da oposição. Os decretos mais contestados, porém, não têm a linha radical de esquerda que foi alardeada pelos opositoristas. O resumo da Lei de Terras, presente no seu trecho inicial, é: os proprietários devem comprovar a produtividade, para evitar que o Estado aplique as punições de multa, intervenção ou expropriação, distribuindo as terras. É criada uma nomenclatura das áreas de vocação agrária, que passam

a ser classificadas de ociosas, melhoráveis ou produtivas. As primeiras são as que ficam sujeitas às punições, enquanto as segundas recebem um prazo para que os donos possam torná-las produtivas.

Já a Lei de Hidrocarbonetos procura reduzir a autonomia da PDVSA em relação ao Ministério das Minas e Energia e elevar seus repasses ao Estado e exige maioria acionária ao capital estatal nas parcerias com transnacionais. Não houve a cassação de concessões à iniciativa privada, pelo contrário, já que novos acordos têm sido anunciados. Nesse sentido, Mommer (2003) aponta até uma conquista da tecnocracia da PDVSA na nova Constituição, que proibiu a privatização da estatal, mas não de suas filiais produtoras. Outra meta que Chávez tem perseguido é o fortalecimento da OPEP, cujo sistema de cotas para a produção vinha sendo desrespeitado pelo país. Segundo Mommer, isso contribuiu para o aumento, nos últimos anos, do preço do petróleo no mercado internacional.

Além da controvérsia em torno do conteúdo dos decretos, há críticas sobre o modo como foram produzidos. Para Albis Muñoz, que sucedeu Carmona na presidência da Fedecámaras, faltou diálogo³. “Se houvesse mais negociação, que beneficiasse a todos, podia ser diferente, e não a tentativa de impor uma ideologia”. A promulgação de 49 leis no prazo de um ano é uma ilustração perfeita do decisionismo chavista, pelo número de medidas, a abrangência delas e o método usado, que limita o debate parlamentar. Isso ocorreu ainda em um contexto de conflitividade crescente.

O golpe

No desenrolar do golpe em 2002, ficou claro que se contrapunham dois projetos de país, com possibilidades de subgrupos de ambos os lados, mas que não fogem da separação em duas linhas programáticas. O caso do MAS é ilustrativo. O partido, que se define como socialista, fez parte da coalizão governista até 2000 e, desde então, ocupa o espaço da oposição de esquerda e democrática a Chávez, já que não teve participação na ação golpista⁴. Um olhar menos atento, portanto, poderia considerar que a sigla representa uma terceira via. Isso, porém, não corresponde à prática. Basta analisar a atuação do MAS na gestão Caldera. No comando da economia, por meio do então ministro do Planejamento, Teodoro Petkoff, a legenda foi a responsável pela

³ Entrevista ao autor em 18/8/2004.

⁴ Entrevista ao autor, por e-mail, do então deputado e presidente do MAS, Felipe Mujica.

adoção a partir de 1996 da Agenda Venezuela, a continuidade do programa de reformas neoliberais no país, o que, no caso do petróleo, significou dar seqüência à política de abertura da PDVSA e, com isso, alinhar-se programaticamente aos setores que conduziriam o golpe.

Assim, é difícil concordar com o que diz o mesmo Petkoff: “Uma imagem simples que se tem no exterior é que aqui há um comandante revolucionário e uma oligarquia feroz que resiste às mudanças. Se é assim, então porque muita gente de esquerda abandonou Chávez?⁵”. A descrição dos dois lados não é a que traça o ex-ministro, fundador do MAS, com o qual rompeu em 1998, e hoje dono do tablóide “Tal Cual”, mas, em termos de projeto de país, são mesmo, basicamente, duas posições. Isso fica mais nítido ao se analisar a disputa em torno da política petrolífera, uma questão capital na Venezuela, onde essa indústria responde por cerca de 80% das exportações e, em 2004, por 17,2% do PIB.

No campo da oposição, sobretudo no decorrer do golpe, agruparam-se os que, de uma forma ou de outra, alinham-se com a posição da tecnocracia da PDVSA, que quer manter a orientação seguida nas administrações Carlos Andrés Pérez e Caldera. Essa linha é a de que a companhia deve ser a cada dia mais autônomo em relação ao Estado, avançando, eventualmente, para a privatização, e adotar uma política que minimize os repasses, já que sempre é preferível investir na própria empresa a pagar impostos, e maximize os volumes de produção, desrespeitando as cotas da OPEP e evoluindo para um desligamento do cartel. É óbvio que nem todos que estão hoje na oposição pensam o mesmo nesse tema, mas, em um cenário polarizado, tendem a ficar do lado da tecnocracia petrolífera, até em função da força do trabalho de relações públicas da PDVSA. Essas posições estão alinhadas também aos interesses do governo Bush e das transnacionais norte-americanas do setor.

Do lado chavista, as principais políticas são: maximizar a arrecadação em tributos pagos pela indústria petrolífera, para investir em políticas sociais e no desenvolvimento econômico; influir na administração da PDVSA – falar-se na Venezuela que a companhia é um Estado dentro do Estado –; defender a soberania nacional no setor; e fortalecer a OPEP, para poder influenciar os preços no mercado internacional. Também no caso dos partidários de Chávez, é necessário estabelecer nuances. Toda a retórica do presidente contra

⁵ Entrevista ao autor em 17/8/2004.

o neoliberalismo não evitou, por exemplo, que mantenha e faça parcerias com transnacionais, que a Constituição não proíba a privatização de filiais da PDVSA, que a estatal ainda seja bem sucedida em preservar nichos de poder e que o segmento do gás natural tenha sido aberto por completo aos investimentos privados (MOMMER, 2003).

É necessário esclarecer que não se busca fazer aqui uma separação simplista entre neoliberais e estatistas, associando os primeiros à oposição e os segundos aos chavistas. A intenção é mostrar que, com o peso do petróleo na Venezuela, as duas posições principais sobre esse setor tendem a atrair os que se situam em campos intermediários e a deixar outras questões em segundo plano. Mesmo as duas políticas petrolíferas descritas não podem ser encaixadas nessa diferenciação simplista. A iniciativa privada e o Estado estão presentes em ambas, variando a ênfase dada por cada grupo.

Foi nos dias próximos ao golpe de abril de 2002 que a disputa entre as duas posições ficou explícita. Pouco antes da ação golpista, Chávez anunciou uma demissão em massa de dirigentes da PDVSA. Ele reagiu à atitude dos executivos de fomentar e apoiar uma greve e a suspensão de atividades em refinarias. Esse movimento havia surgido após o presidente trocar a cúpula da empresa, que não aceitava o aumento do repasse obrigatório de recursos ao Estado gerado pela nova Lei de Hidrocarbonetos e sofria acusações de irregularidades. Sob o mote “Sim à meritocracia, não à politização”, a campanha da PDVSA conseguiu a adesão da CTV e da Fedecámaras na convocação de uma paralisação geral de 24 horas para o dia 9 de abril, ação que seria prorrogada por tempo indeterminado. Consumado o golpe, o governo Carmona recolocaria Guaicaipuro Lameda na presidência da estatal petrolífera, revogaria os 49 decretos de Chávez e sinalizaria a saída da Venezuela da OPEP.

Para o dia 11, foi convocada pelas três instituições uma manifestação pela saída do presidente, com concentração na frente da sede da PDVSA em Caracas. A convocação teve intensa divulgação pelos canais privados de TV, que ainda transmitiriam tudo ao vivo, em cadeia. Como resultado, milhares de pessoas, sobretudo das classes média e alta, saíram às ruas. Em reação, Chávez também havia chamado seus partidários a concentrarem-se nas proximidades do Palácio Miraflores. Na última hora, o trajeto da marcha da oposição foi alterado, para seguir até a sede do governo, o que culminaria em conflitos e 19 mortes.

A ação efetiva para a deposição foi de oficiais militares, que culpavam o presidente pela violência e anunciaram que não o obedeciam mais. Essa acusação fortaleceu-se com a repetição pelas TVs privadas das imagens de chavistas atirando da ponte Llaguno, no centro de Caracas, para provar que Chávez era o culpado. O presidente também acabou ficando sem ter como veicular sua versão, porque a rede estatal foi tirada do ar. Mais tarde, o documentário irlandês “The revolution will not be televised” demonstraria que essas imagens não constituíam prova definitiva, porque, centradas na ponte, não exibiam que ao redor dela não havia mais participantes da marcha oposicionista para ser atingidos. Na verdade, de prédios próximos, franco-atiradores haviam acertado manifestantes.

Outra armação foi o primeiro anúncio de militares, na tarde de 11 de abril, de que não obedeciam mais a um mandatário que havia ordenado o massacre de civis. Com base em dois relatos jornalísticos, é possível considerar que essa gravação foi feita, no mínimo, ao mesmo tempo em que as mortes ocorriam em Caracas. La Fuente e Meza (2004) descrevem a produção do pronunciamento como simultânea aos crimes, enquanto Uchoa (2003) traz a informação de que o discurso estava redigido desde a manhã do mesmo dia, quando nem haviam começado os conflitos. Portanto, nos dois casos, não havia tempo hábil para que se falasse em culpados e em detalhes, a não ser que tudo já estivesse planejado.

No dia 12, com Chávez preso, Pedro Carmona foi empossado. O rápido isolamento dele, mesmo no grupo golpista, veio com o decreto que fechou a Assembléia Nacional e destituiu a cúpula dos demais Poderes. Com isso, perdeu sua principal sustentação, a do comando do Exército, e vários aliados. O secretário-geral da CTV, Manuel Cova, que foi convidado para ser vice-presidente, disse que sua entidade abandonou o empresário ao saber do conteúdo das medidas⁶. Depois, quando o governo de fato recuou e tentou restituir o Parlamento, já era tarde. Em seu relato sobre os acontecimentos de abril, Carmona (2004) dá a entender que se considera traído, sobretudo pelos militares que o abandonaram.

O contragolpe teve sua cartada definitiva no dia 13. Foram duas as frentes de ação. De um lado, a reação popular na capital, onde mesmo sob forte repressão policial, chavistas saíram espontaneamente de bairros pobres e

⁶ Entrevista ao autor em 17/8/2004.

cercaram o Palácio Miraflores, exigindo a volta do presidente. As notícias vinham sendo difundidas por rádios comunitárias, já que as TVs privadas haviam decidido ignorar os protestos em defesa de Chávez. A outra frente foi a de militares leais a ele, principalmente no interior do país.

A participação popular na volta de Chávez ao poder, em 14 de abril, insere-se no processo de politização das classes mais baixas que ele estimula e que dá sinal de ter fugido ao seu controle. O MRT (Movimento Revolucionário Tupamaro), que tem base em um bairro pobre de Caracas e recentemente tornou-se um partido, é um exemplo nesse sentido. O discurso tupamaro permite a avaliação de que não é irrestrita a fidelidade ao chavismo nos movimentos sociais que o próprio presidente incentiva. O MRT afirma dar sustentação popular ao governo, mas que surgiu antes de Chávez e está disposto a seguir sem ele se for necessário. “O referendo marca um ponto de inflexão do processo revolucionário na Venezuela. A partir dele, vai ser possível saber se é uma reforma do sistema representativo ou uma revolução bolivariana”, disse um dos líderes tupamaros⁷.

A politização dos venezuelanos e a participação freqüente em protestos não são uma exclusividade dos setores mais pobres, já que as classes média e alta também estão muito ativas. Segundo López Maya e Lander (2004), a novidade não é se manifestar, o que eles, a partir de dados empíricos, comprovam ser recorrente na democracia venezuelana, e sim o maior grau de conflitividade e a predominância da motivação política. Em períodos com menos instabilidade, argumentam, os protestos são mais por demandas socioeconômicas.

Essa transição para a motivação política deu-se em função das crises econômica e de credibilidade de partidos e políticos a partir dos anos 1980. Até então, a distribuição dos benefícios da renda petroleira pelo Estado amenizava os conflitos e dava às manifestações a condição de servir como antecedente para uma negociação de cúpulas, entre governo, partidos, empresários e sindicalistas. A posterior deterioração da situação do país deu novo papel aos protestos e abriu uma brecha, na avaliação de López Maya e Lander, para a articulação dos setores populares. O complemento desse quadro, com a resposta nas ruas dos demais segmentos sociais, veio com a polarização aguçada na gestão Chávez.

A aliança para a deposição chavista, entre setores das Forças Armadas

⁷ Entrevista ao autor em 14/8/2004.

e das elites econômica, política e sindical e os Estados Unidos, encaixa-se em um modelo que já havia sido base para vários golpes conservadores na América Latina. Houve, porém, diferenças importantes. A primeira é o papel da mídia, que vai além do incitamento, como em outros casos. Sem a atuação das TVs privadas culpando o presidente pelas mortes, faltariam aos militares a oportunidade e a legitimidade para agirem. Segundo Teodoro Petkoff, os grupos de comunicação também articularam o golpe⁸. Outra diferença é a justificativa para a ação golpista. Em países de certa tradição democrática, já não é mais viável hoje se aplicar como antes um golpe com a participação das Forças Armadas. Então, na Venezuela, recorreu-se ao argumento quase universalmente aceito da defesa dos direitos humanos. Os rebelados alegaram não poder mais obedecer a um governante que ordenava a repressão a civis.

Uma terceira diferença em relação ao passado está na atuação dos Estados Unidos. A partir da revolução cubana, a principal motivação norte-americana para patrocinar golpes na América Latina era política e estratégica, para evitar a disseminação do comunismo. Na Venezuela, a explicação da atuação dos Estados Unidos é econômica e estratégica. Os objetivos econômicos são defender seus interesses petrolíferos e de suas transnacionais do setor, em um país que é o quarto principal fornecedor norte-americano do produto, e enfraquecer a OPEP. O estratégico é se livrar de um obstáculo aos planos de militarização da região andina sob a justificativa de combater o terrorismo e o narcotráfico.

Chávez adotou medidas em linha oposta à da política petrolífera dos dois governos anteriores, quando avançara o processo de abertura do setor. Isso se choca com o desejo da gestão Bush de que a orientação seja mais fiel aos seus interesses, ainda que as concessões de exploração a transnacionais continuem e não tenham havido até agora problemas no comércio do produto entre os dois países. Os Estados Unidos, por exemplo, almejam enfraquecer a OPEP, que encaram como uma ameaça, por ter condições de manobrar com o preço e o estoque do petróleo, mas viram o presidente venezuelano buscar a revitalização da entidade. Entre as razões de sua atuação contra Chávez, portanto, está a ampla iniciativa do governo Bush de combater a dependência das fontes de energia externas.

⁸ Entrevista ao autor, op cit.

No campo estratégico, há a resistência do líder venezuelano ao Plano Colômbia e à guerra contra o terrorismo deflagrada após os atentados de 11 de setembro de 2001. Chávez opõe-se aos métodos de combate aos guerrilheiros do país vizinho, considerados terroristas pelos Estados Unidos, que financiam o projeto. Criticou ainda as invasões do Iraque e do Afeganistão e fez visitas a Irã, Líbia e Iraque, colegas de OPEP da Venezuela e na época classificados pelos norte-americanos como inimigos e apoiadores do terrorismo.

O Plano Colômbia permite que os Estados Unidos expandam sua presença militar na região andina, rica em hidrocarbonetos, sob o argumento de combater o terrorismo e o narcotráfico. Em resposta à oposição de Chávez ao plano, o governo Bush busca associá-lo com o apoio ao terror e criar uma justificativa para, eventualmente, poder agir contra ele com mais energia. A defesa dos direitos humanos e da democracia foi outro argumento usado pelos norte-americanos para embasar o apoio dado a Carmona.

Há ainda o apoio de Chávez ao líder cubano, Fidel Castro, eterno inimigo de todos os governos norte-americanos. A Venezuela tem, por exemplo, um acordo com Cuba para lhe fornecer petróleo em condições especiais. Esse relacionamento é uma grande causa de irritação nos círculos de poder em Washington (YOUNGERS, 2003).

Uma das evidências da, no mínimo, anuência dos Estados Unidos aos planos de golpe contra Chávez veio com o comunicado emitido pela Casa Branca no dia da posse de Carmona. A gestão Bush reconheceu o novo regime, ao defini-lo como “um governo civil de transição”, e não considerou que havia ocorrido uma deposição de presidente. Ao contrário, encampou a versão dos golpistas de que Chávez era o culpado pelas mortes da véspera e que ele havia renunciado. A alegação de que as informações disponíveis naquele momento eram as que constavam da nota não serve de justificativa para o teor dela, já que a do Grupo do Rio, também do dia 12, seguiu linha oposta. Esse documento condenava o ocorrido, definido como “a interrupção da ordem constitucional”, exigia “a normalização da institucionalidade” e pedia que OEA convocasse uma sessão para avaliar a situação⁹.

No dia 13, quando o então vice de Chávez já reassumiria o poder, a OEA realizou a sessão e emitiu nota similar a do Grupo do Rio, afirmando que

⁹ Declaración del Grupo de Rio sobre la Situación en Venezuela, 12/4/2002, na página oficial da OEA.

se justificava a aplicação da Carta Democrática Interamericana e marcando uma data para isso. No comunicado, definia o ocorrido como “uma alteração da ordem constitucional”, exigia “a mais rápida normalização” e anunciava que no dia 18 se reuniria para tomar as decisões necessárias¹⁰.

Além de ter reconhecido o governo Carmona, autoridades dos Estados Unidos já haviam se reunido, nos últimos meses antes do golpe, com representantes da oposição venezuelana. Nesses encontros, em Washington, teria sido passado o recado de que a gestão Bush se opunha a uma solução ilegal, mas que gostaria muito que “Chávez saísse” (CORN, 2002). Há uma versão mais contundente, de que, nessas reuniões, o governo norte-americano havia concordado com a deposição (FORERO, 2002). Os Estados Unidos alegam que também conversavam com integrantes da situação e que, assim, não havia impedimento a receberem opositoristas.

Houve ainda repasses a setores da oposição por meio da Fundação Nacional para a Democracia, que financia também entidades de atuação internacional dos dois principais partidos norte-americanos. Nos seis meses prévios ao golpe, os recursos destinados à Venezuela chegaram a US\$ 2 milhões. Já a instituição do partido de Bush deu US\$ 650 mil a 70 organizações antichavistas de janeiro de 2001 a março de 2003 (UCHOA, 2003).

Dois fatos encerram o desfile de evidências. Os únicos embaixadores a se reunirem com Carmona em Miraflores foram os de Estados Unidos e Espanha, na época administrada por José María Aznar, com quem Chávez também não tinha boas relações – os dois países já haviam emitido nota conjunta no dia anterior. O último fato é que o FMI, cujo maior cotista é o governo norte-americano, ofereceu respaldo financeiro a Carmona.

Com todas essas evidências, fica fácil para que o presidente venezuelano explore o discurso antiamericano. Por outro lado, Chávez mantém seu país na condição de fornecedor regular de petróleo aos Estados Unidos, já que não tem como abrir mão de um mercado consumidor do porte do norte-americano, ainda que, às vezes, ameace suspender o envio.

A continuidade de Chávez

A possibilidade de convocar um referendo sobre o mandato presidencial, realizado em 2004, teve a função de diminuir um nível de instabilidade do

¹⁰ Situación en Venezuela, 13/4/2002, na página oficial da OEA.

regime que seguia elevado mesmo depois do golpe. Ainda em 2002, a Fedecámaras, já sob novo comando, e a CTV haviam iniciado uma greve geral que duraria cerca de dois meses, para pressionar pela saída do presidente. Como novamente não alcançaram o que buscavam, os opositoristas passaram a se concentrar no método constitucional de convocar um referendo. Foi, então, a existência dessa possibilidade que permitiu a redução das turbulências.

Antes, porém, o processo até a aprovação da convocação do referendo também foi tumultuado, com disputas judiciais e nas ruas. Derrotada na votação, a oposição ficou sem alternativa senão aguardar pelo pleito de dezembro de 2006. No período até as eleições presidenciais, houve outras duas votações, em 2004, no âmbito regional, e em 2005, para a Assembléia Nacional. No primeiro caso, os opositoristas se reduziram a apenas dois governos entre as 24 unidades da federação, contra 22 dos aliados de Chávez. No segundo, retiraram-se da disputa, alegando falta de imparcialidade do Poder Eleitoral e deixando o chavismo preencher as 167 cadeiras. Em 2006, foi a vez de Chávez conquistar um novo mandato, com 62,9% dos votos, o maior percentual obtido por ele nas três eleições presidenciais disputadas e no referendo. A diferença surgiu do lado da oposição, que conseguiu se unificar em torno de um candidato e conquistou 36,9% dos votos.

Ao iniciar seu terceiro governo consecutivo e o segundo sob a Constituição de 1999, Chávez anunciou as intenções de realizar estatizações nas áreas de telecomunicações, energia e petróleo; promover uma reforma constitucional, permitindo a reeleição ilimitada para presidente; e criar o PSUV. A aplicação disso começou com as estatizações da maior companhia telefônica do país e da fornecedora de energia para Caracas e a obtenção pelo Estado de pelo menos 60% do controle de empreendimentos petrolíferos em parceria com transnacionais, por meio de pagamento às empresas que aceitaram negociar. Já a reforma constitucional acabou rejeitada em referendo, na primeira derrota eleitoral significativa de Chávez desde 1998, enquanto a criação do PSUV gerou atritos e contribuiu para dissidências na base chavista. Outro ponto que ganhou destaque no novo mandato é a decisão de não renovar a concessão de uma rede de TV que apoiou o golpe de 2002.

A democracia na Venezuela e o contexto regional

O regime democrático venezuelano tem passado por uma série de transformações desde o final da década de 1980, quando passou a se configurar o

quadro de crises econômica e de credibilidade política. A primeira mudança foi o fim do bipartidarismo a partir de 1993, o que ainda não foi suficiente para a institucionalização de um novo sistema. Naquele ano, pela primeira vez desde 1958, o presidente eleito foi nem da AD nem do COPEI, mas o partido do vencedor, a Convergencia, não passou de 13,8% dos votos para a Câmara Baixa. A LCR, a outra sigla que ganhou força na época, ficou com 20,7%, enquanto AD e COPEI ainda conseguiram 46%. O sistema surgido das eleições de 1993 durou pouco, pois LCR e Convergencia, que possuíam a terceira e a quarta bancada, tiveram suas votações reduzidas para, respectivamente, 2,5% e 3% em 1998, e 1,07% e 4,41% em 2000.

Desde 1998, um multipartidarismo com o MVR (hoje incorporado ao PSUV) como principal força tem se consolidado, mas ainda não chegou a se institucionalizar, pelos critérios de Mainwaring (1999). A volatilidade é alta; partidos se fortalecem e enfraquecem em pouco tempo; o único enraizamento em evolução era o do MVR; e predominam as legendas sem estrutura. O sistema também se caracteriza por ser um pluralismo polarizado, na linha de Sartori (1992), com o chavismo e a oposição como os dois pólos.

Em termos institucionais, a democracia da era chavista tem problemas, sobretudo, na separação dos Poderes. O Legislativo e o Judiciário possuem limitada autonomia em relação ao Executivo. O primeiro porque se compõe quase na totalidade de representantes da situação¹¹. Já o segundo, em que ainda há juízes sem estabilidade no cargo, tem dificuldades de tomar decisões autônomas, diante das pressões do Executivo, diretamente ou por meio de manifestações populares. Outro problema para a independência judicial foi a ampliação de 20 para 32 magistrados na principal corte do país, o TSJ (Tribunal Supremo de Justiça). Os 12 novos membros foram designados pela maioria governista que havia na Assembléia Nacional durante a legislatura encerrada em 2005.

Outro aspecto que gera muitas críticas ao regime chavista é a liberdade de imprensa. A base para isso costumava ser a ideologia do crítico, e não fatos. Porém, a decisão de não renovar a concessão da RCTV, mesmo que ela tenha apoiado o golpe de 2002, dá um argumento factual às críticas e configura um cerceamento da liberdade de imprensa. Até então, se podia dizer que havia plena liberdade de imprensa na Venezuela, sem censura ou

¹¹ De 2005 a 2007, havia unicamente deputados chavistas, mas o Podemos (Poder Democrático e Social) passou a ser oposição, sobretudo a partir da apreciação da reforma constitucional.

controle governamental tanto da mídia nacional como de correspondentes estrangeiros. Isso permitiu que Chávez fosse chamado de macaco, por exemplo, e que redes de televisão estimulassem e até articulassem o golpe. Desde então, o presidente aprovou uma lei com penas mais duras para ações como a que contribuiu para sua queda provisória, mas não passou a aplicá-las indistintamente, enquanto a mídia abandonou a linha mais radical. Há ainda a questão de agressões e ameaças de partidários de Chávez a veículos que assumiam o papel de fazer oposição ativa, mas essa é uma consequência difícil de evitar quando se escolhe trocar o jornalismo pela política em um ambiente de confrontação.

Um último traço do regime chavista é a associação com o populismo. A relação, porém, não é a que costuma fazer a imprensa, que associa populismo a demagogia. As características populistas de Chávez são o personalismo, tanto em seu partido como no estilo de governar; o conceito de refundação do país; a postura anti-sistema vigente; o discurso nacionalista e antiimperialista; e a base de apoio nas classes baixas.

Comparativamente no cenário regional, é interessante fazer duas análises do caso da Venezuela. Em primeiro lugar, se pode relacionar a instabilidade do regime a partir do início dos anos 1990 no país com as turbulências na Argentina entre 2001 e 2002. Em ambos os casos, crises econômicas e de credibilidade política contribuíram para o quadro de instabilidade, que se agravou com a ausência de um sistema multipartidário consolidado e capaz de, em sociedades desiguais e pobres, canalizar os conflitos por dentro do regime democrático em vigor, e não por meio do seu questionamento. O bipartidarismo é uma marca da trajetória democrática mais recente na Argentina e na Venezuela, que ainda não contam com um sistema multipartidário institucionalizado.

A segunda análise que se pode fazer é sobre a influência do exemplo chavista nos vizinhos sul-americanos. O conceito de refundação, por meio sobretudo da aprovação de uma nova Constituição e da ênfase na propriedade estatal dos recursos energéticos, tem sido adotado pela Bolívia, em primeiro lugar, e pelo Equador mais recentemente. É claro que não se tratam de aplicações fidedignas de um modelo, mas a inspiração vem do processo iniciado por Chávez em 1999. Avaliações que identificam um grupo de presidentes sob o comando do colega venezuelano já são exageradas. Os casos de tentativa de refundação também têm o aspecto em comum de

se localizar em países que passaram ou ainda passam por graves problemas econômicos, sociais e políticos.

Conclusões

Este artigo reuniu argumentos para defender três hipóteses complementares: 1) as crises econômica e de credibilidade política a partir dos anos 1980 na Venezuela contribuíram para o fim do bipartidarismo que vigorou sobretudo entre 1973 e 1993 e para a vitória de Chávez em 1998; 2) com ele no poder, a polarização social agravada pelo período de crise econômica se converteu em polarização política, a que se seguiram uma postura de confrontação dos dois lados e o ressurgimento da instabilidade do regime; 3) o quadro de turbulências pôde ser amenizado, então, pela existência da possibilidade de convocar um referendo sobre o mandato presidencial, o que exemplifica como a engenharia institucional pode atuar para reduzir as chances de instabilidade do regime.

Por outro lado, enquanto permanecer significativa, a desigualdade socioeconômica tende a continuar a gerar polarização política. Ao acompanhar de perto manifestações dos dois lados, ficam nítidas as respectivas bases sociais. Os mais pobres dizem que Chávez os valoriza e destacam seus projetos sociais, que são chamados de missões e têm peso na legitimidade dele com esse setor. Exemplos de programas bem-sucedidos nesse sentido são as missões Robinson, de alfabetização, e Barrio Adentro, para fixar médicos em áreas carentes. Já os antichavistas, na maioria das camadas média e alta, consideram o presidente autoritário e reclamam da situação econômica. Simultaneamente, tem havido um alto nível de ativismo político dos cidadãos, de todas as classes sociais, o que gera maior cobrança sobre os resultados dos governos e exige mais responsividade dos políticos.

Portanto, para evitar a instabilidade do regime, não basta a Chávez abandonar o decisionismo e a confrontação, passando a negociar mais com os diferentes setores. Ao mesmo tempo, sobretudo em um contexto de politização dos mais pobres, como o da Venezuela, é essencial promover inclusão social, já que estudos empíricos demonstram que pobreza (PRZEWORSKI et al., 1997) e desigualdade socioeconômica (BOIX, 2003) interferem negativamente na sustentabilidade da democracia.

Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ, Ángel Eduardo. (2003), “La reforma del Estado antes y después de Chávez”. In: ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel. (orgs), *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- ANDERSON, Perry. (1996), “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Paulo. (orgs.), *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOIX, Carles. (2003), *Democracy and redistribution*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- BOTELHO, João Carlos Amoroso. (2006), “A instabilidade democrática na América Latina do século XXI: os casos da Argentina e da Venezuela”. *Projeto História*, nº. 32, p. 331-42.
- CABALLERO, Manuel. (2003), *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. Caracas: Alfadil Ediciones.
- CARMONA, Pedro. (2004), *Mi testimonio ante la historia*. Caracas: Actum.
- CORN, David. (2002), “Our gang in Venezuela?”. *The Nation*, Nova Iorque.
- ELLNER, Steve. (2003), “En la búsqueda de explicaciones”. In: ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel (orgs), *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- FORERO, Juan. (2002), “Bush officials met with Venezuelans who ousted leader”. *New York Times*.
- HELLINGER, Daniel. (2003), “Visión política general: la caída del puntofijismo y el surgimiento del chavismo”. In: ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel (orgs), *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- IANNI, Octavio. (1991), *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LA FUENTE, Sandra & MEZA, Alfredo. (2004), *El acertijo de abril: relato periodístico de la breve caída de Hugo Chávez*. Caracas: Debate.
- LÓPEZ MAYA, Margarita & LANDER, Luis Edgardo. (2004), “Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela”. Lasa papers, Las Vegas. CD-ROM.
- MAINGON, Thais. (2004), “Síntomas de la crisis y de la deslegitimación del sistema de partidos en Venezuela”. Lasa papers, Las Vegas. CD-ROM.
- MAINWARING, Scott. (1999), *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Palo Alto: Stanford University Press.

- MOMMER, Bernard. (2003), “Petróleo subversivo”. In: ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel. (orgs), *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- PRZEWORSKI, Adam et al. (1997), “O que mantém as democracias?”. *Lua Nova*, São Paulo, nº. 40/41.
- REY, Juan Carlos. (1972), “El sistema de partidos venezolano”. *Politeia*, nº. 1. Caracas.
- ROBERTS, Kenneth. (2003), “Polarización social y resurgimiento del populismo en Venezuela”. In: ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel (orgs), *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- NOVARO, Marcos. (1999), “Presentación: la década del menemismo”. In: TORRE, Juan Carlos et al. *Entre el abismo y la ilusión: Peronismo, democracia y mercado*. Buenos Aires: Norma.
- SARTORI, Giovanni. (1992), *Partidos y sistemas de partidos*. Madri: Alianza.
- UCHOA, Pablo. (2003), *Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Globo.
- YOUNGERS, Coletta. (2003), “The US and Latin American after 9-11 and Iraq”. *Foreign policy in focus, Silver City e Washington*. Disponível em: http://www.fpif.org/pdf/reports/PR_latam2003.pdf.

Resumo

As crises econômica e de credibilidade de partidos e políticos a partir dos anos 1980 na Venezuela contribuíram para que Hugo Chávez, um militar recém-ingresso na política, chegasse ao poder em 1998. Com a vitória dele, a polarização social aguçada pela crise econômica nas décadas de 1980 e 90 se converteu em polarização política, que se agravava depois com o decisionismo do presidente e a retórica de confrontação dos dois lados, culminando na instabilidade do regime democrático. Foi então que um mecanismo institucional – a possibilidade de convocar um referendo sobre o mandato presidencial – contribuiu para diminuir as turbulências.

Palavras-chave: Venezuela; Chávez; polarização; instabilidade; referendo

Abstract

The economic and political crises affecting Venezuela since the eighties contributed to the ascension to power, in 1998, of Hugo Chávez, a military without tradition in institutionalized politics. With his victory, the social polarization, sharpened by the economic crisis of the 1980's and 1990's, was converted into a political polarization, which would be aggravated

later with the accumulation of the decisions taken by the president and the rhetoric of confrontation of the two sides, culminating with the instability of the democratic system. It was then that an institutional mechanism – the possibility of convoking a referendum on the presidential mandate – contributed to diminish the turbulences.

Key words: Venezuela; Chávez; polarization; instability; referendum.

Recebido em agosto de 2008.

Aprovado para publicação em setembro de 2008.